



SEDUC-CE

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

- ▶ Educação Brasileira: Temas Educacionais e Pedagógicos
- ▶ Administração Pública
- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 014/2026 - SEDUC/SEPLAG,
DE 05/08/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



SEDUC-CE

Professor de Língua
Portuguesa



SL-132AG-26
7901183006854

Educação Brasileira Temas Educacionais e Pedagógicos

1. História da educação brasileira: do Movimento dos Pioneiros da Educação aos dias atuais	9
2. Lei federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	15
3. Lei federal nº 10.639/2003, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”	35
4. Lei federal nº 11.645/2008, inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”	35
5. Planos Nacionais de Educação: 2001 -2010; 2014 – 2025 e 2026 – 2036	36
6. Estrutura e funcionamento da educação básica	38
7. Tendências pedagógicas contemporâneas.....	42
8. Gestão democrática da escola pública.....	43
9. Projeto Político Pedagógico	45
10. A didática e o processo de ensino e aprendizagem; Organização do processo didático: planejamento, estratégias e metodologias, avaliação	50
11. A sala de aula como espaço de aprendizagem	53
12. A didática como fundamento epistemológico do fazer docente	55
13. Planejamento de curso, unidade e aula: elementos estruturantes	58
14. Principais teorias da aprendizagem: Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo	60
15. As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem	62
16. Psicologia do desenvolvimento: aspectos históricos e biopsicossociais	65
17. Temas contemporâneos: bullying, relações étnico-raciais, educação especial, educação ambiental, protagonismo juvenil	71
18. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Fundamentos e princípios que orientam a BNCC	74
19. O ensino médio no contexto da educação básica.....	121
20. Organização curricular	124
21. Professor: formação e profissão: Base legal que orienta a formação docente.....	126
22. A pesquisa na prática docente	129
23. A dimensão ética da profissão	132
24. Educação Integral em Tempo Integral no Ensino Médio.....	135
25. Marcos legais sobre Educação Integral	137
26. Currículo e Educação Integral	140
27. Itinerários Formativos	143
28. Avaliações externas em larga escala na educação básica	146
29. Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (Spaee)	147
30. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).....	150
31. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)	153
32. Políticas de equidade no escopo do PNE 2026- 2026	156
33. Documento Curricular Referencial do Ceará: Ensino Médio.....	161

Administração Pública

1. Administração Pública: conceitos, princípios constitucionais e legais aplicáveis à Administração Pública	167
---	-----

ÍNDICE

2. Evolução histórica das reformas administrativas no Brasil; Modelos da Administração Pública: patrimonialismo, burocrático e gerencial	169
3. Administração Pública na Constituição brasileira atual: disposições gerais e servidores públicos.....	179
4. Normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999	185
5. Organização e divisão da Administração Pública: diferença entre órgãos, fundos e entidades integrantes da Administração Pública brasileira; Características e entidades da Administração Direta e Indireta	191
6. Controle da Administração Pública: controle administrativo e controle legislativo	195
7. Poderes da Administração Pública: poder vinculado, poder discricionário, poder normativo, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia	197
8. Plano Nacional de Educação: Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026	199
9. Estrutura Organizacional do Governo do Estado do Ceará: Modelo de Gestão do Poder Executivo do Estado do Ceará e Guia Modelagem de Estrutura Organizacional (2ª edição, julho 2021)	204
10. Código de Ética e Conduta Administração Pública do Estado do Ceará.....	205
11. Estatuto dos Servidores do Estado do Ceará	205

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	211
2. Fatores de textualidade	214
3. Tipologias textuais Gêneros discursivos/textuais	216
4. Ortografia oficial	226
5. Acentuação gráfica.....	230
6. Emprego das classes gramaticais	232
7. Formação e estrutura das palavras.....	241
8. Emprego do sinal indicativo de crase.....	245
9. Relações de coordenação e subordinação na construção dos sentidos. Relações sintáticas na organização da oração e do período	247
10. Pontuação	251
11. Concordância nominal e verbal	253
12. Regência nominal e verbal	257
13. Significação das palavras.....	261
14. Funções da linguagem	264

Leitura e Interpretação de Dados e Indicadores Educacionais

1. Indicadores educacionais: O que são e para que servem; Indicadores e índices no campo da política educacional; Indicadores educacionais calculados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Indicadores escolares, indicadores docentes e indicadores discentes	275
2. Indicadores de desempenho dos estudantes: Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee)	279
3. Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	283
4. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)	287
5. Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).....	291

6. Leitura e interpretação de dados apresentados em formatos variado	294
7. Resolução de problemas com uso de estatísticas descritivas.	297

Conhecimentos Específicos

Professor de Língua Portuguesa

1. ENSINO 1: Competências e habilidades propostas para o componente curricular, com base na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC).....	305
2. Metodologias e práticas para o ensino de Língua Portuguesa. LITERATURA: Conceitos fundamentais da teoria literária..	309
3. Concepções de Literatura	313
4. Relações contextuais e intertextuais na literatura brasileira - gêneros literários, épocas, autores e mídias	317
5. A linguagem literária e não literária. Elementos da teoria literária - narrador, personagens, tempo, etc. em produções artísticas de diferentes momentos históricos e tendências culturais, mediante análise de textos e obras no Brasil.....	321
6. O Barroco no Brasil. Relações sociais e históricas presentes no Barroco no Brasil. Abordagem dos tipos e dos problemas sociais nos textos de Gregório de Matos Guerra	325
7. O Arcadismo no Brasil. O papel do Arcadismo no Brasil, como movimento paralelo à inconfidência Mineira. A “face pré-romântica” da poesia arcádica brasileira como aspecto transitório para o Romantismo	329
8. O Romantismo no Brasil. O Romantismo como reflexo dos costumes da sociedade burguesa - características, elementos textuais e não textuais	333
9. Análise de textos dos autores realistas-naturalistas.As características do texto realista-naturalista	337
10. Estrutura, temas e aspectos da produção poética dos principais autores parnasianos brasileiros	340
11. O Simbolismo como reflexo dos receios e desejos dos excluídos na sociedade brasileira. Análise da poética de Cruz e Souza e Alphonsus de Guimaraens	344
12. A revolução artística do início do século XX e o Pré-Modernismo no Brasil. Influências revolucionárias das inovações geradas pelas Vanguardas Europeias.....	348
13. A trajetória modernista brasileira em suas diferentes fases. Os principais autores da primeira geração modernista brasileira e sua relação com a tradição literária. . Segundo momento modernista no Brasil – a poesia. O segundo momento modernista no Brasil - a prosa. A diversidade artística e temática do terceiro momento modernista	352
14. A problemática do pós-moderno no Brasil, numa visão crítico literária.....	356
15. Literatura Afro-brasileira – temática, autoria, ponto de vista, linguagem e público.....	360
16. O indígena no imaginário literário do Brasil. Literatura Indígena brasileira – resistência e interculturalidade	363
17. Letramento literário e mediação de leitura na escola	367
18. LEITURA: Compreensão e interpretação de textos	371
19. Concepções de linguagem	371
20. Perspectivas no estudo da leitura. Estratégias de leitura	372
21. Texto e fatores de textualidade.....	379
22. Relações coesivas: referência, substituição, elipse e Repetição	379
23. Relações de sentido entre palavras: Sinonímia/antonímia, hiperonímia/hiponímia, Campo semântico. Uso do vocábulo, quanto ao seu valor e significação dentro do texto	383
24. Análise crítica de discursos e práticas sociais da linguagem	383
25. Práticas de letramento e de multiletramento.....	387
26. Linguagens digitais. Multimodalidade	390
27. ANÁLISE LINGUÍSTICA/SEMIÓTICA: Recursos estilísticos e estruturais: aspectos textuais, gramaticais e convenções da escrita	394
28. Coerência e coesão	397

ÍNDICE

29. Análise de textos, identificando a estrutura da frase: modos de construção de orações segundo diferentes perspectivas de ordenação, observando-se os aspectos semânticos	400
30. Concordância, regência e colocação como fatores de modificação e geração de sentido do texto	404
31. Uso de estruturas verbais e nominais - pronomes, conjunções, preposições etc	405
32. Descrição linguística aplicada ao texto: orações, sintagmas, palavras, morfemas	409
33. Variação linguística e preconceito linguístico, observando os níveis de linguagem presentes em gêneros discursivos/textuais	413
34. Gêneros discursivos/textuais. Identificação dos gêneros. A função social do uso dos gêneros. Confronto de diferentes gêneros identificando as semelhanças e diferenças	415
35. As tecnologias da comunicação e de informação no ensino da Língua Portuguesa. Hipertexto. Condições de textualidade. Linguagem e meios digitais na perspectiva da Semiótica	415
36. Semiótica e produção de sentidos	419

EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO MOVIMENTO DOS PIONEIRO DA EDUCAÇÃO AOS DIAS ATUAIS

EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

A educação na Antiguidade apresenta grande diversidade, pois cada civilização antiga desenvolveu métodos e finalidades educacionais únicos, alinhados a seus valores e estruturas sociais. Nesta fase, o ensino era geralmente reservado para elites e, em grande parte, voltado para a transmissão de conhecimento religioso, cultural e militar.

A educação estava intrinsecamente ligada às crenças e ao papel que cada sociedade destinava ao aprendizado. As principais civilizações que influenciaram o desenvolvimento educacional na Antiguidade foram a Mesopotâmia, o Egito, a Grécia e Roma.

► Mesopotâmia e Egito

Na Mesopotâmia e no Egito, a educação formal era restrita a uma pequena elite, especialmente ligada à administração e religião, e focava no aprendizado da escrita, aritmética e princípios religiosos.

▪ **Mesopotâmia:** Os sumérios, babilônios e assírios desenvolveram sistemas de escrita cuneiforme, e a educação formal na Mesopotâmia era oferecida em escolas chamadas edubbas, ou “casas das tábuas”, onde o ensino era centrado na formação de escribas, uma das profissões mais importantes da época. Os escribas desempenhavam papéis cruciais em atividades administrativas, religiosas e comerciais, e o ensino girava em torno de habilidades práticas como contabilidade, leis e registros comerciais.

▪ **Egito Antigo:** No Egito, a educação também era restrita a escribas, sacerdotes e membros da elite. A formação de escribas envolvia aprendizado dos hieróglifos, a complexa escrita egípcia, além de aritmética e conhecimento sobre mitologia e religião, que eram centrais para a cultura egípcia. O ensino acontecia em escolas ligadas a templos e palácios, e os alunos eram, em grande parte, treinados para assumir posições na administração pública ou na condução dos rituais religiosos.

Essas duas civilizações compartilhavam uma visão funcional da educação, com foco na capacitação para o trabalho administrativo e religioso, limitando o acesso ao aprendizado a uma minoria com poder e prestígio.

► Grécia Antiga

A Grécia foi uma das primeiras civilizações a considerar a educação como um meio de desenvolver o potencial humano e promover a cidadania. A educação grega possuía diferentes características em cidades-estado como Atenas e Esparta, refletindo os valores distintos de cada uma.

▪ **Atenas:** Na cidade-estado de Atenas, a educação visava o desenvolvimento integral do cidadão, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e morais. A paideia, como era chamada a formação ateniense, buscava preparar os jovens para a vida pública, enfatizando filosofia, artes, literatura, música e esportes. Os ensinamentos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles deixaram marcas profundas na educação ocidental, introduzindo métodos de ensino baseados no diálogo e na reflexão crítica. A Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles são exemplos de instituições educacionais avançadas que buscavam compreender e discutir a natureza humana, a ética e a política.

▪ **Esparta:** Em Esparta, a educação era voltada para o treinamento militar e a disciplina, com ênfase na obediência, na resistência física e no espírito de sacrifício. Desde cedo, os meninos eram retirados de suas famílias para se preparar para a guerra e a defesa da cidade-estado, enquanto as meninas também recebiam treinamento físico, pois se acreditava que mulheres fortes dariam à luz guerreiros fortes. Em Esparta, portanto, a educação era instrumental e orientada para as necessidades militares e coletivas, priorizando a lealdade ao Estado.

Esses dois modelos – o humanista e cidadão em Atenas e o militar e disciplinado em Esparta – ilustram as visões contrastantes de educação na Grécia Antiga, com efeitos duradouros sobre a filosofia educacional e as práticas pedagógicas no Ocidente.

► Roma Antiga

A educação romana foi fortemente influenciada pela cultura grega, mas era mais pragmática, voltada para a formação de cidadãos capazes de contribuir para o império. A educação romana focava no ensino do direito, da oratória e da administração.

▪ **Influência Grega:** Os romanos adotaram muitos aspectos da educação grega, mas adaptaram a filosofia educacional para atender às necessidades do império. A educação visava preparar cidadãos para desempenhar funções administrativas, militares e jurídicas. A partir do período republicano, famílias ricas contratavam preceptores gregos para ensinar seus filhos, e o latim e o grego eram idiomas fundamentais na formação da elite.

▪ **Formação de Cidadãos e Líderes:** A educação romana para os meninos era dividida em três etapas: o ensino básico, ministrado por um ludi magister (mestre de escola), em que se aprendiam leitura, escrita e aritmética; o ensino médio,

▪ onde se estudavam gramática e literatura; e o ensino superior, onde se aprendia oratória e retórica, essenciais para quem pretendia ingressar na política ou no direito. A retórica era particularmente valorizada, e figuras como Cícero são exemplos do ideal de cidadão eloquente e bem-informado, capaz de influenciar a vida pública.

▪ **Educação das Mulheres:** Em geral, as mulheres romanas recebiam pouca educação formal, com foco no aprendizado doméstico e nas habilidades necessárias para gerenciar uma casa. As exceções ficavam por conta de famílias mais abastadas que valorizavam o aprendizado cultural.

A educação romana reforçava valores como a disciplina, a virtude e o serviço ao Estado, aspectos que sustentaram a coesão e a expansão do império romano.

A educação na Antiguidade reflete as necessidades e valores de cada sociedade, moldando cidadãos conforme os interesses da elite e dos governantes. Na Mesopotâmia e no Egito, o ensino era reservado a poucos, visando atender à administração religiosa e estatal.

Na Grécia, surge a valorização do desenvolvimento humano e da cidadania, especialmente em Atenas, enquanto Esparta focava na formação militar. Em Roma, a educação combinava influências gregas com uma perspectiva pragmática voltada para a administração do império e a oratória.

Esses modelos educacionais antigos foram fundamentais para o desenvolvimento das práticas pedagógicas que se expandiriam nos períodos posteriores e influenciam, de forma direta e indireta, a educação ocidental até hoje. A herança desses sistemas educacionais está presente na valorização da oratória, no desenvolvimento da filosofia, no conceito de cidadania e na disciplina e valorização do conhecimento como ferramenta de poder e controle.

EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA

A Idade Média (aproximadamente do século V ao XV) foi um período de intensa influência religiosa sobre a sociedade europeia, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na preservação e transmissão do conhecimento.

Durante essa época, a educação era controlada quase exclusivamente por instituições religiosas, e os métodos pedagógicos visavam essencialmente formar o clero e as elites, mantendo o conhecimento acessível apenas a uma parcela restrita da população.

Esse período, conhecido por muitos como “Idade das Trevas” pela visão restritiva em relação ao conhecimento científico, também viu o surgimento das primeiras universidades, estabelecendo as bases para a educação formal que se desenvolveria posteriormente.

► Escolas Monásticas e Catedrais

Durante os primeiros séculos da Idade Média, as escolas monásticas e catedrais eram os principais centros de ensino, sendo operadas e supervisionadas pela Igreja Católica. Essas escolas tinham um forte foco religioso e eram voltadas à formação do clero.

▪ **Escolas Monásticas:** Desde o início da Idade Média, os mosteiros serviram como centros de educação e preservação do conhecimento. Monges beneditinos, em particular, desempenharam um papel essencial, seguindo a regra de São Bento, que previa a prática do trabalho manual e do estudo religioso. Nos mosteiros, o ensino era limitado à leitura, à escrita e ao latim, com ênfase na cópia de manuscritos, o que ajudou a preservar obras clássicas da Antiguidade, embora o foco fosse na teologia e nos textos sagrados.

▪ **Escolas Catedrais:** A partir do século IX, escolas começaram a ser estabelecidas junto às catedrais, especialmente após a reforma educacional promovida por Carlos Magno no Sacro Império Romano. Essas escolas eram ligadas diretamente à Igreja e destinadas à formação de padres e à educação de filhos de nobres. Nas escolas catedrais, os currículos eram baseados no trivium (gramática, retórica e lógica) e no quadrivium (aritmética, geometria, música e astronomia), que eram os componentes das chamadas artes liberais, um modelo de conhecimento herdado da Antiguidade e considerado essencial para a formação de um clérigo ou de um membro da elite.

Essas escolas cumpriram um papel importante na preservação do conhecimento, ainda que o ensino fosse limitado e geralmente reservado aos que tinham ligação com a Igreja ou com a aristocracia.

► Universidades Medievais

A partir do século XII, surgiram as primeiras universidades na Europa, estabelecendo uma nova estrutura educacional mais ampla e organizada. As universidades medievais tinham como base as escolas catedrais, mas rapidamente se tornaram independentes, abrindo espaço para o ensino de uma variedade de disciplinas.

▪ **Origem e Desenvolvimento:** As primeiras universidades foram fundadas em cidades como Bolonha, Paris e Oxford, com o objetivo de sistematizar o ensino superior, permitindo que estudantes de diferentes regiões e origens sociais pudessem estudar juntos. Essas universidades surgiram a partir da necessidade de uma estrutura mais organizada de ensino, especialmente para disciplinas como Direito, Teologia e Medicina, que tinham grande demanda na época.

▪ **Estrutura e Organização:** As universidades medievais eram organizadas em faculdades, cada uma responsável por uma área de conhecimento. Entre as principais faculdades, estavam as de Artes, Teologia, Direito e Medicina. Em geral, os estudantes ingressavam pela Faculdade de Artes, onde estudavam as artes liberais, antes de prosseguir para faculdades mais especializadas. A Faculdade de Teologia era especialmente prestigiada, devido à sua conexão com a Igreja, e exigia muitos anos de estudo e formação rigorosa.

▪ **Método de Ensino:** O método pedagógico predominante era a leitura e interpretação de textos, especialmente de obras de autores clássicos e textos religiosos. A relação entre professor e aluno era hierárquica, e o aprendizado envolvia muita memorização. Havia também o método da disputa, em que temas eram debatidos em público, permitindo que os estudantes desenvolvessem habilidades retóricas e argumentativas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICÁVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO.(art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

► Princípios da administração pública

De acordo com o administrativista Alexandre Mazza (2017), princípios são regras condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sua função é informar e materializar o ordenamento jurídico bem como o modo de atuação dos aplicadores e intérpretes do direito, sendo que a atribuição de informar decorre do fato de que os princípios possuem um núcleo de valor

essencial da ordem jurídica, ao passo que a atribuição de enformar é denotada pelos contornos que conferem à determinada seara jurídica.

Desta forma, o administrativista atribui dupla aplicabilidade aos princípios da **função hermenêutica** e da **função integrativa**.

Referente à função hermenêutica, os princípios são amplamente responsáveis por explicitar o conteúdo dos demais parâmetros legais, isso se os mesmos se apresentarem obscuros no ato de tutela dos casos concretos. Por meio da função integrativa, por sua vez, os princípios cumprem a tarefa de suprir eventuais lacunas legais observadas em matérias específicas ou diante das particularidades que permeiam a aplicação das normas aos casos existentes.

Os princípios colocam em prática as funções hermenêuticas e integrativas, bem como cumprem o papel de esboçar os dispositivos legais disseminados que compõem a seara do Direito Administrativo, dando-lhe unicidade e coerência.

Além disso, os princípios do Direito Administrativo podem ser expressos e positivados escritos na lei, ou ainda, implícitos, não positivados e não escritos na lei de forma expressa.

Observação importante:

Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implícitos. Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios que dão forma ao **Regime Jurídico Administrativo**, são meramente implícitos.

▪ **Regime Jurídico Administrativo:** é composto por todos os princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

Supremacia do Interesse Público	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
Indisponibilidade do Interesse Público	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Ademais, tendo o agente público usufruído das prerrogativas de atuação conferidas pela supremacia do interesse público, a indisponibilidade do interesse público, com o fito de impedir que tais prerrogativas sejam utilizadas para a consecução de interesses privados, termina por colocar limitações aos agentes públicos no campo de sua atuação, como por exemplo, a necessidade de aprovação em concurso público para o provimento dos cargos públicos.

► Princípios Administrativos

Nos parâmetros do art. 37, *caput* da Constituição Federal, a Administração Pública deverá obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Vejamos:

▪ **Princípio da Legalidade:** Esse princípio no Direito Administrativo, apresenta um significado diverso do que apresenta no Direito Privado. No Direito Privado, toda e qualquer conduta do indivíduo que não esteja proibida em lei e que não esteja contrária à lei, é considerada legal. O termo legalidade para o Direito Administrativo, significa subordinação à lei, o que faz com que o administrador deva atuar somente no instante e da forma que a lei permitir.

▪ **Observação importante:** O princípio da legalidade considera a lei em sentido amplo. Nesse diapasão, compreende-se como lei, toda e qualquer espécie normativa expressamente disposta pelo art. 59 da Constituição Federal.

▪ **Princípio da Impessoalidade:** Deve ser analisado sob duas óticas:

a) Sob a ótica da atuação da Administração Pública em relação aos administrados: Em sua atuação, deve o administrador pautar na não discriminação e na não concessão de privilégios àqueles que o ato atingirá. Sua atuação deverá estar baseada na neutralidade e na objetividade.

b) Em relação à sua própria atuação, administrador deve executar atos de forma impessoal, como dispõe e exige o parágrafo primeiro do art. 37 da CF/88 ao afirmar que: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

▪ **Princípio da Moralidade:** Dispõe que a atuação administrativa deve ser totalmente pautada nos princípios da ética, honestidade, probidade e boa-fé. Esse princípio está conexo à não corrupção na Administração Pública.

O princípio da moralidade exige que o administrador tenha conduta pautada de acordo com a ética, com o bom senso, bons costumes e com a honestidade. O ato administrativo terá que obedecer a Lei, bem como a ética da própria instituição em que o agente atua. Entretanto, não é suficiente que o ato seja praticado apenas nos parâmetros da Lei, devendo, ainda, obedecer à moralidade.

▪ **Princípio da Publicidade:** Trata-se de um mecanismo de controle dos atos administrativos por meio da sociedade. A publicidade está associada à prestação de satisfação e informação da atuação pública aos administrados. Via de regra é que a atuação da Administração seja pública, tornando assim, possível o controle da sociedade sobre os seus atos.

Ocorre que, no entanto, o princípio em estudo não é absoluto. Isso ocorre pelo fato deste acabar por admitir exceções previstas em lei. Assim, em situações nas quais, por exemplo, devam ser preservadas a segurança nacional, relevante interesse coletivo e intimidade, honra e vida privada, o princípio da publicidade deverá ser afastado.

Sendo a publicidade requisito de eficácia dos atos administrativos que se voltam para a sociedade, pondera-se que os mesmos não poderão produzir efeitos enquanto não forem publicados.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS E INDICADORES EDUCACIONAIS

INDICADORES EDUCACIONAIS: O QUE SÃO E PARA QUE SERVEM; INDICADORES E ÍNDICES NO CAMPO DA POLÍTICA EDUCACIONAL; INDICADORES EDUCACIONAIS CALCULADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP); INDICADORES ESCOLARES, INDICADORES DOCENTES E INDICADORES DISCENTES

FUNDAMENTOS DOS INDICADORES EDUCACIONAIS E SUA FUNÇÃO NA GESTÃO

► Conceito, natureza e finalidade

Indicador como representação sintética de uma realidade complexa

Indicadores educacionais são medidas quantitativas ou qualitativas construídas para representar aspectos relevantes da oferta, do acesso, da permanência, da trajetória, das condições de ensino e dos resultados educacionais. Eles não equivalem à realidade em si: funcionam como sinais organizados que permitem observar fenômenos complexos por meio de critérios previamente definidos. Uma taxa de aprovação, por exemplo, reduz a uma medida percentual um conjunto de situações escolares relacionadas ao fluxo dos estudantes. Um indicador de adequação da formação docente procura representar a correspondência entre a formação do professor e o componente curricular em que atua. Em ambos os casos, a medida simplifica a observação sem eliminar a necessidade de interpretação contextual.

A utilidade do indicador depende da clareza de sua definição, da qualidade da base de dados, da coerência do método de cálculo e da pertinência da comparação realizada. Uma mesma medida pode produzir interpretações inadequadas quando se desconhece a população de referência, o período considerado, a unidade de análise ou os critérios de inclusão e exclusão. Por essa razão, a leitura responsável considera simultaneamente o valor apresentado e o modo como ele foi produzido.

Funções de descrição, acompanhamento e decisão

No campo educacional, os indicadores apoiam o diagnóstico de situações, o acompanhamento de tendências e a definição de prioridades. Eles permitem identificar diferenças entre territórios, etapas de ensino, redes e unidades escolares, bem como observar mudanças ao longo do tempo. Esse uso não transforma automaticamente o indicador em explicação causal. Uma taxa elevada de abandono, por exemplo, informa a existência de um problema de permanência, mas não demonstra por si só quais fatores o produziram. A investigação das causas exige combinar dados quantitativos, informações contextuais e conhecimento da realidade local.

Indicadores também servem ao planejamento e ao monitoramento de políticas. Metas de expansão de matrícula, redução de desigualdades, melhoria do fluxo ou elevação de níveis de aprendizagem precisam de medidas que permitam verificar a situação inicial e acompanhar mudanças. Quando diferentes órgãos e períodos utilizam definições consistentes, cria-se uma série histórica capaz de apoiar comparações e decisões mais fundamentadas.

► Condições para uso adequado

Validade, comparabilidade e desagregação

A validade diz respeito à capacidade de uma medida representar adequadamente o fenômeno que pretende expressar. A comparabilidade exige compatibilidade de conceitos, métodos e populações entre os valores confrontados. A desagregação permite examinar o resultado por recortes relevantes, como dependência administrativa, localização, etapa de ensino ou grupos de estudantes. A média geral de uma rede pode esconder diferenças importantes entre escolas ou segmentos.

Uma leitura consistente verifica também a escala de mensuração. Percentuais, razões, médias, índices compostos e níveis categóricos possuem propriedades distintas. Um aumento de cinco pontos percentuais não é o mesmo que um aumento de cinco por cento em termos relativos. Do mesmo modo, um índice composto pode reunir dimensões diferentes e não deve ser interpretado como se fosse uma medida direta de apenas uma delas.

AMOSTRA

A tabela organiza distinções fundamentais para o uso de indicadores.

Elemento	Pergunta de leitura	Risco quando ignorado
Definição	O que exatamente está sendo medido?	Confundir fenômenos diferentes
População de referência	Quem está incluído no cálculo?	Comparar universos incompatíveis
Período	A que momento ou intervalo o dado se refere?	Misturar situações de anos distintos
Unidade	O valor é de escola, município, rede ou país?	Atribuir resultado agregado a casos individuais
Método	Como numerador, denominador ou escala foram definidos?	Interpretar incorretamente magnitude e sentido

A tabela mostra que a interpretação começa antes da comparação numérica. O valor só ganha significado quando sua definição e seu contexto são conhecidos.

Indicador como evidência, não como julgamento isolado

Resultados educacionais podem ser influenciados por condições sociais, características da oferta, trajetórias escolares e múltiplas decisões institucionais. Por isso, um indicador deve orientar perguntas e não encerrar a análise. O uso responsável combina medidas complementares, observa tendências e evita transformar um único número em avaliação total de uma escola, professor ou estudante.

INDICADORES E ÍNDICES NA POLÍTICA EDUCACIONAL

► Diferença entre indicador e índice

Medidas simples e medidas compostas

Um indicador pode derivar diretamente de uma relação estatística, como percentual de docentes com curso superior, média de alunos por turma ou taxa de distorção idade-série. Um índice, por sua vez, costuma sintetizar mais de uma dimensão em uma medida composta, segundo regras de combinação explícitas. A diferença não está apenas no nome, mas na estrutura matemática e interpretativa. Medidas compostas exigem atenção especial aos componentes, pesos, escalas e critérios de agregação.

No campo da política educacional, essa distinção é importante porque índices podem oferecer visão sintética para monitorar metas, enquanto indicadores simples ajudam a localizar dimensões específicas que explicam a posição observada. Um índice que articula desempenho e fluxo, por exemplo, não deve ser lido sem examinar separadamente os componentes que o formam. Duas redes podem apresentar valor agregado semelhante, mas combinações internas diferentes.

Ideb como exemplo de articulação entre dimensões

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica articula informações sobre desempenho em avaliações do Saeb e dados de rendimento escolar oriundos do Censo Escolar. Sua lógica expressa a ideia de que qualidade educacional não pode ser representada apenas pela aprendizagem aferida em testes, nem apenas pela progressão escolar. Desempenho elevado acompanhado de repetência intensa e fluxo regular acompanhado de aprendizagem insuficiente representam situações distintas que a composição do índice procura considerar.

O uso de um índice desse tipo facilita o acompanhamento de redes e etapas em séries temporais, mas não substitui análises detalhadas. Diferenças de contexto, desigualdades internas, participação dos estudantes e características da oferta precisam ser observadas para interpretar adequadamente o resultado.

► Indicadores como instrumentos de governança

Planejamento, monitoramento e responsabilização institucional

Na formulação de políticas, indicadores permitem estabelecer linhas de base, metas e critérios de acompanhamento. Uma linha de base registra a situação inicial; a meta define um resultado esperado; o monitoramento observa a evolução; e a avaliação procura compreender a relação entre ações e resultados. Essa sequência contribui para decisões baseadas em evidências, desde que as medidas sejam tratadas como parte de um sistema de informação, e não como substitutos da análise institucional.

A seleção de indicadores deve guardar relação com o objetivo da política. Uma iniciativa voltada à permanência escolar precisa de medidas sobre frequência, abandono, transferência e trajetória; uma política de valorização docente requer informações sobre formação, vínculo, regularidade, remuneração e condições de trabalho; uma política de aprendizagem demanda medidas de desempenho acompanhadas de dados contextuais e de participação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENSINO 1: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROPOSTAS PARA O COMPONENTE CURRICULAR, COM BASE NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E NO DOCUMENTO CURRICULAR REFERENCIAL DO CEARÁ (DCRC).

FUNDAMENTOS CURRICULARES E ORGANIZAÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM LÍNGUA PORTUGUESA

► Competências como mobilização de saberes

Conhecimentos, habilidades, atitudes e valores

A organização curricular por competências parte da ideia de que aprender Língua Portuguesa não significa apenas acumular informações sobre gramática, literatura ou gêneros textuais. Competência envolve mobilizar conhecimentos, procedimentos, atitudes e valores para compreender situações de linguagem e agir nelas de modo adequado. O domínio da língua, nessa perspectiva, articula leitura, escuta, oralidade, produção escrita, análise linguística, reflexão semiótica e participação social. O estudante precisa reconhecer regularidades do sistema linguístico, mas também interpretar os efeitos de sentido produzidos por escolhas lexicais, sintáticas, gráficas, sonoras e multimodais.

A noção de habilidade torna essa orientação mais observável. Uma habilidade descreve uma ação que o estudante deve ser capaz de realizar em determinado contexto, como localizar informações, inferir sentidos, comparar pontos de vista, produzir um gênero, revisar um texto, analisar recursos expressivos ou participar de uma situação oral. Habilidades não equivalem a exercícios isolados: elas se vinculam a objetos de conhecimento e a práticas de linguagem. Uma atividade de leitura, por exemplo, pode mobilizar simultaneamente inferência, identificação de tese, avaliação de argumentos, análise de modalizadores e reconhecimento das condições de produção do texto.

Progressão e continuidade das aprendizagens

A progressão curricular exige considerar o desenvolvimento das capacidades de linguagem ao longo dos anos. A complexidade pode crescer pelo tamanho e pela densidade dos textos, pela maior distância entre o universo do estudante e o tema tratado, pela multiplicidade de vozes, pela presença de implícitos, pelo refinamento dos recursos linguísticos e pela autonomia necessária para planejar e revisar produções. Assim, a progressão não se reduz à troca anual de conteúdos; envolve retomadas, aprofundamentos e ampliação dos contextos de uso.

A continuidade também implica integrar experiências já construídas. Estratégias de leitura iniciadas em situações mais orientadas podem ser retomadas em textos mais complexos; conhecimentos sobre pontuação podem evoluir para análise de ritmo, segmentação e efeitos argumentativos; práticas de oralidade podem passar de relatos cotidianos a exposições, debates e apresentações com planejamento mais sistemático. O currículo torna-se coerente quando essas relações são explicitadas e quando a ação pedagógica evita tratar cada habilidade como unidade desconectada.

► Estrutura curricular do componente

Práticas de linguagem e campos de atuação

A BNCC organiza Língua Portuguesa com forte centralidade nas práticas de linguagem: leitura e escuta, produção de textos, oralidade e análise linguística ou semiótica. Essas práticas se realizam em campos de atuação que aproximam a escola de formas socialmente reconhecíveis de circulação dos discursos. Os campos ajudam a selecionar gêneros, suportes, mídias e situações comunicativas, permitindo trabalhar desde experiências da vida cotidiana até práticas de participação pública, investigação, estudo e fruição artístico-literária.

A relação entre prática e campo impede que o ensino se transforme em coleção abstrata de conteúdos. Um recurso coesivo pode ser analisado em notícia, artigo de opinião, relato, poema ou postagem digital, mas seu funcionamento varia conforme o propósito comunicativo e a organização do gênero. Da mesma maneira, a escolha de fontes, imagens, títulos, hiperligações e recursos gráficos integra a produção de sentidos e deve ser examinada em conexão com o texto verbal.

Objetos de conhecimento e habilidades

Objetos de conhecimento representam conteúdos, conceitos e processos que sustentam o desenvolvimento das habilidades. Eles podem envolver estratégias de leitura, construção composicional de gêneros, elementos da textualidade, variação linguística, morfossintaxe, recursos expressivos, convenções da escrita ou procedimentos de edição. O planejamento pedagógico ganha consistência quando estabelece relações explícitas entre o que se pretende que o estudante faça e os conhecimentos necessários para essa ação.

A tabela evidencia a articulação entre níveis do planejamento curricular. Ela não estabelece equivalências rígidas, mas mostra como cada nível contribui para uma aprendizagem integrada.

Dimensão	Função curricular	Exemplo de desdobramento
Competência	Integra saberes e modos de agir	Usar diferentes linguagens para compreender e participar de práticas sociais
Habilidade	Explicita uma ação de aprendizagem	Comparar posições, inferir sentidos ou produzir determinado gênero
Objeto de conhecimento	Indica conteúdos, conceitos e processos mobilizados	Coesão, argumentação, estrutura composicional, recursos semióticos
Prática de linguagem	Situa o uso da língua	Leitura, oralidade, produção textual, análise linguística e semiótica
Campo de atuação	Contextualiza a circulação social	Vida pública, estudo e pesquisa, artístico-literário, entre outros

Esses elementos se complementam. O professor não precisa transformá-los em etapas burocráticas, mas utilizá-los para construir sequências de trabalho em que os estudantes compreendam o propósito de cada prática, mobilizem conhecimentos adequados e avancem em autonomia.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA E INTEGRAÇÃO COM O DCRC

► Língua como prática social, histórica e cultural

Variação, identidade e adequação

As competências específicas de Língua Portuguesa reconhecem a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável e heterogêneo. Essa concepção desloca o foco de uma norma única para a compreensão dos usos linguísticos em contextos diversos. O trabalho com variedades não elimina o ensino da norma-padrão e das convenções valorizadas na escrita formal; ele situa essas convenções em um repertório mais amplo e combate a associação entre variedade linguística e inferioridade social. O estudante aprende a observar interlocutores, finalidade, suporte, grau de formalidade e efeitos pretendidos para selecionar recursos adequados à situação.

A análise da variação pode envolver diferenças regionais, geracionais, sociais e situacionais. Em contexto cearense, o DCRC permite articular aprendizagens nacionais às especificidades do território e às práticas culturais locais, sem reduzir a língua a marcas folclóricas. O tratamento curricular pode incluir manifestações orais, escritas, literárias e digitais que façam sentido no contexto da comunidade, ao mesmo tempo em que amplia o contato com repertórios de outras regiões e tradições.

Autoria, participação e ética discursiva

Outra dimensão central é a formação para a participação social. Ler e produzir textos implica reconhecer posições, interesses, valores e ideologias. Em ambientes digitais, essa competência torna-se ainda mais necessária devido à velocidade de circulação, à combinação de linguagens e à facilidade de reprodução de conteúdos. A formação linguística deve contemplar avaliação de argumentos, confiabilidade de informações, respeito aos direitos humanos, responsabilidade na circulação de mensagens e compreensão dos efeitos de enquadramentos discursivos.

Autoria significa mais do que escrever sem copiar. Envolve planejar, selecionar informações, construir uma voz discursiva, considerar interlocutores, revisar escolhas e responder pelo que se publica. O currículo favorece autoria quando oferece situações reais ou verossímeis de produção, com finalidades compreensíveis e circulação definida. Debates, podcasts, resenhas, cartas abertas, relatos, verbetes, produções literárias e textos multimodais podem funcionar como espaços de autoria se não forem reduzidos a modelos mecânicos.

► Articulação entre referência nacional e currículo territorial

BNCC como referência normativa e DCRC como contextualização

A BNCC estabelece aprendizagens essenciais para a Educação Básica e orienta a formulação dos currículos. O DCRC realiza a contextualização curricular no âmbito do Ceará, articulando os direitos de aprendizagem nacionais às características educacionais, sociais e culturais do estado. Essa relação não deve ser compreendida como simples reprodução de códigos de habilidades. A referência territorial permite organizar expectativas, selecionar contextos significativos e apoiar a construção de práticas pedagógicas coerentes com a realidade das escolas cearenses.

O planejamento docente precisa, portanto, ler as habilidades em rede. Em vez de trabalhar uma habilidade por vez, pode organizar unidades em torno de gêneros, problemas de linguagem, projetos ou campos de atuação. Uma sequência sobre circulação de informação em redes digitais, por exemplo, pode integrar leitura crítica, oralidade, checagem de argumentos, análise de recursos multimodais e produção autoral.

Contextualização sem perda da progressão

Contextualizar não significa restringir o repertório ao que é local. O currículo deve partir de experiências significativas e ampliar horizontes culturais. Textos de circulação comunitária podem dialogar com produções nacionais e internacionais; manifestações literárias do Ceará podem ser lidas em relação a movimentos mais amplos; variedades linguísticas locais podem ser comparadas com outras variedades do português. O princípio é conectar pertencimento e abertura, garantindo que a aprendizagem preserve sua progressão.

Antes de planejar, é útil distinguir o papel de cada documento e o alcance de cada decisão pedagógica.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!